

Aconteceu

CONSTITUINTE

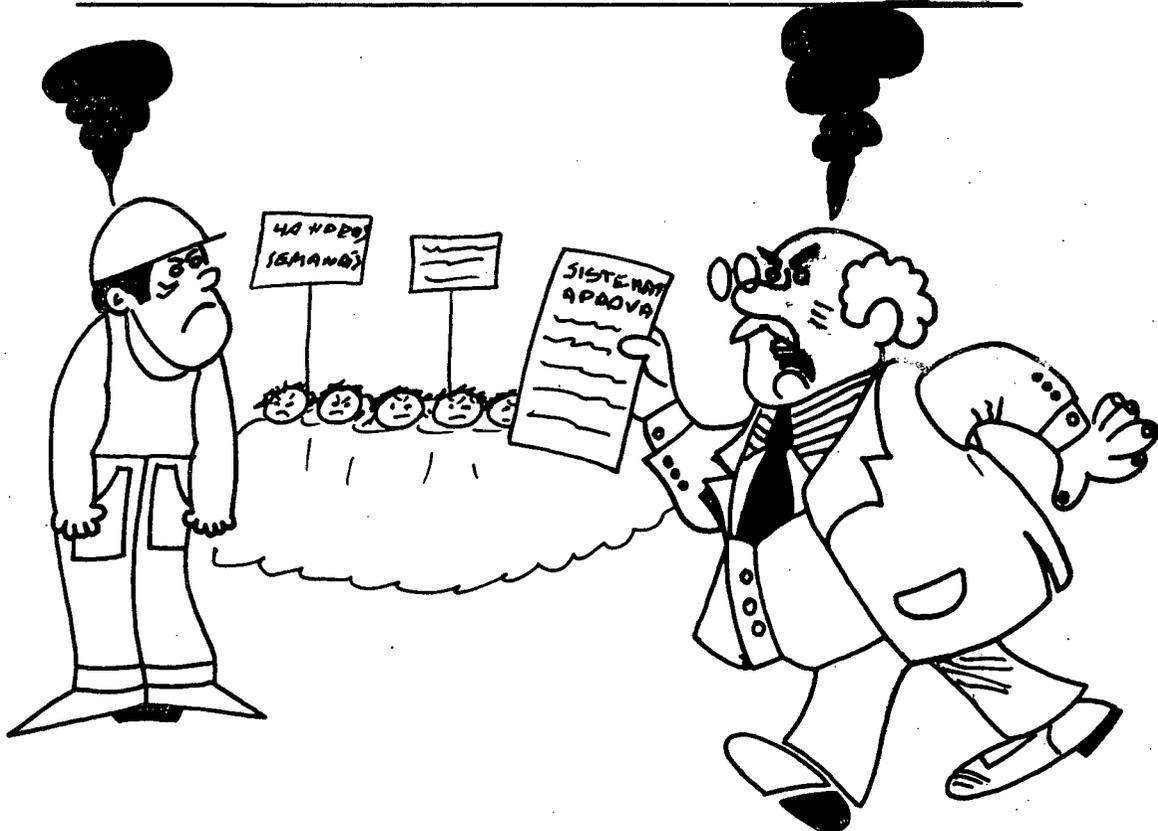
RANDEX	()
MC	()
PP	()
DOC. GERAL	()

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO APROVA:

Estabilidade no emprego

Hora extra em dobro

Jornada de trabalho de 44 horas



Aconteceu

nº 429 - Outubro/1987

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações

Anivaldo Padilha

Ary da Costa Pinto

Carlos Alberto Correia da

Cunha

Carlos Alberto Ricardo

Heloisa de Souza Martins

Henrique Pereira Junior

Jether Pereira Ramalho

(coordenador)

Jorge Luiz Carrera Jardineiro

Marcus Vinicius Grod Borges

Neide Estarci

Sérgio Alli

Vera Maria Masagão Ribeiro

Editor

Jorge Luiz C. Jardineiro

Diagramação e Arte

ARTE GRAPHICA

Praça Floriano, 55/602

Rio de Janeiro-RJ

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 2,00

Aconteceu Semanal

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares.

As notícias da semana estão agrupadas em *trabalhadores urbanos*, *trabalhadores rurais*, *índios*, *movimentos populares*, *igrejas*, *política nacional*, *notícias internacionais* e outras. Contém também uma seção de *Cartas do Leitor*, onde são divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de informação.

O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais em todo Brasil.

Assinatura Anual: Cz\$ 100,00 (Brasil);

US\$ 60,00 (América Latina);

US\$ 85 (América do Norte);

US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas de atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:

Cz\$ 200,00

América Latina: US\$ 30 América do Norte: US\$ 40 Europa, África e Ásia: US\$ 45

Fazendo sua assinatura de apoio
você recebe de brinde
um exemplar dos Cadernos do CEDI.

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI -
Centro Ecumênico de Documentação e Informação - Av.
Higienópolis, 983 - 01238 - São Paulo - SP.

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 100,00

América Latina: US\$ 50 América do Norte: US\$ 65 Europa, África e Ásia: US\$ 75

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o
CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 - fundos - CEP 22241
Rio de Janeiro - RJ.

Constituinte

COMISSÃO MANTÉM ESTABILIDADE QUE CABRAL PROPÕS

A Comissão de Sistematização decidiu manter a estabilidade no emprego de acordo com a redação do projeto do relator Bernardo Cabral, rejeitando por ampla margem - 64 a 29 - a emenda popular patrocinada por empresários gaúchos que foi defendida pelo deputado Darcy Pozza (PDS-RS). O resultado foi comemorado com palmas e gritos pela esquerda, que obteve com ele sua mais importante vitória, até agora, na Sistematização. A emenda de Pozza, apoiada pela Confederação Nacional da Indústria e repudiada pelas centrais sindicais dos trabalhadores, permitia a demissão de trabalhadores com pagamento de indenização proporcional ao tempo de serviço. Nos últimos dias, parecia reunir o apoio da maioria do plenário, assustando a liderança do PMDB, que preferiu tentar um acordo em torno do texto do primeiro substitutivo de Cabral, mais moderado. Confiando na vitória e demonstrando competência, os partidos de esquerda e o MUP (Movimento de Unidade Progressista, dissidência de esquerda do PMDB) derrotaram a proposta da liderança do PMDB e forçaram a radicalização das posições para atrair seu apoio. A firme atitude de Bernardo Cabral na defesa de seu substitutivo também repercutiu muito no plenário. No encaminhamento da votação, o deputado Néilton Friedrich, do MUP, com o programa do partido na mão, lembrou os compromissos do PMDB com a bandeira da estabilidade. "Este é o nosso catecismo e foi com ele que pedimos votos ao eleitor", disse. A liderança do partido, imprensada, não teve outro caminho senão o de seguir a ala esquerda. O texto original de Cabral, alterado apenas para abranger os trabalhadores rurais, é o seguinte: "Além de outros, são

direitos dos trabalhadores: A nova redação desse caput, única alteração que tinha sido aprovada até o início da noite, por 92 votos - só o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) votou contra -, ficou assim: "São direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros, que visem à melhoria de sua condição social..." I - garantia de emprego, protegido contra despedida imotivada, assim entendida a que não se fundar em: a) contrato a termo, nas condições e prazos da lei; b) falta grave, assim conceituada em lei; c) justa causa, fundada em fato econômico intransponível ou tecnológico ou em infortúnio da empresa, de acordo com critérios estabelecidos na legislação do trabalho (...)" (JB - 8/10/87)

COMISSÃO REDUZ A JORNADA DE TRABALHO PARA 44 HORAS

Por 66 votos a 23, a Comissão de Sistematização aprovou ontem a redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais. Foi uma vitória dos membros da "centro-direita" contra a "esquerda", que tentou aprovar, sem sucesso, uma proposta que fixava a jornada semanal em quarenta horas. A aprovação foi conseguida depois de um entendimento entre o líder do PMDB no Congresso constituinte, deputado Euclides Scalco (PR), centro-esquerda, e os representantes dos empresários. O resultado provocou uma forte reação da "esquerda", que esperava votar ainda uma proposta de jornada de 42 horas semanais. Mas com a aprovação das 44 horas, essa emenda foi julgada prejudicada pelo presidente da comissão, senador Afonso Arinos (PFL-RJ). Apesar de uma longa discussão sobre normas regimentais, o presidente manteve sua decisão. Na primeira tentativa de

"avançar na redução para 40 horas", a comissão rejeitou, por 51 votos a quarenta, a emenda do deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), centro-esquerda. A pedido de Scalco, o deputado José Serra (PMDB-SP), discursou a favor da emenda propondo 44 horas, encabeçada pelos deputados José Maria Eymael (PDC-SP), direita, e Gastone Righi (PTB-SP), centro-direita. Inconformados com a derrota da proposta que estabelecia 40 horas, os membros do Movimento de Unidade Progressista (MUP) do PMDB contestaram a coerência de Scalco. Durante mais de vinte minutos, os peemedebistas trocaram acusações, mas o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) acusou os membros da comissão de estarem aprovando propostas demagógicas.

O que foi aprovado

Capítulo II

Dos Direitos Sociais

Art. 6º

Aprovado anteontem:

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III - fundo de garantia do tempo de serviço;

IV - salário mínimo nacionalmente unificado capaz de satisfazer às suas necessidades básicas e às de sua família, com reajustes periódicos de modo a preservar seu poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim;

Aprovado ontem:

V - irredutibilidade de remuneração ou vencimento, salvo o disposto em convenção ou em acordo coletivo;

VI - garantia de salário fixo, nunca inferior ao mínimo, além da remuneração variável quando esta ocorrer;

VII - gratificação natalina, com base na remuneração integral de dezembro de cada ano ou no valor da aposentadoria do mês;

VIII - salário do trabalho noturno superior ao diurno;

IX - participação nos lucros desvinculados da remuneração e na gestão da empresa conforme definido em lei ou em negociação coletiva;

X - salário-família aos dependentes nos termos da lei;

XI - duração máxima do trabalho normal semanal de 44 horas e jornada diária não superior a oito horas. (FSP - 10/10/87)

SINDICALISTAS ELOGIAM LEI DE ESTABILIDADE

Foi um avanço, mas uma vitória parcial", disse ontem o presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, sobre a manutenção do texto do relator Bernardo Cabral, que estabelece o princípio da estabilidade de emprego. "Não é a proposta ideal, é a menos ruim", declarou o presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Joaquim dos Santos Andrade ("Joaquinzão"). Os empresários, porém, não ficaram muito satisfeitos: "A aprovação do substitutivo dois (texto atual) cria preocupação e apreensão entre os empresários", afirmou o presidente da Confederação Nacional das Indústrias, senador Albano Franco (PMDB-SE). Desde o início das negociações em torno da estabilidade, os empresários insistiram na aprovação da indenização "nos casos excepcionais" de demissão não previstos por Cabral. Este mecanismo ampliaria as possibilidades do empregado ser demitido. Por isto, será motivo de novas articulações no plenário do Congresso constituinte, onde as entidades empresariais precisarão ter 280 votos para aprová-lo. "Ouvi do dr. Ulysses e dos líderes do PMDB que o substitutivo será aperfeiçoado em plenário. Queremos clareza na questão da indenização. Assegurá-la é evitar a estabilidade absoluta", disse Albano Franco. "Não ficamos tranquilos não", disse Meneguelli, preocupado com o que o empresariado diz ser "aperfeiçoamento" do projeto. Os sindicalistas montaram

uma espécie de assessoria de imprensa de plenário. Em todas as sessões, os jornalistas contratados pelos sindicatos anotam em que estão votando os parlamentares. As anotações são publicadas em jornal elaborado pelas duas centrais sindicais. A primeira edição já está sendo distribuída em todo o país. (FSP - 9/10/87)

COMISSÃO APROVA HORA EXTRA EM DOBRO

Sob o aplauso das galerias e por 53 votos a 30, a Comissão de Sistematização decidiu que a hora de trabalho extra deverá ser o dobro da normal, e não conforme convenções trabalhistas, como previa o texto do relator Bernardo Cabral. A decisão deixou furioso o presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco (PMDB-SP), para quem a decisão inviabiliza as pequenas e microempresas. Por 63 votos a 21, a Sistematização decidiu também que o trabalhador despedido receberá, além de indenização, aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, cujo valor mínimo será correspondente a 30 dias. Essa nova redação do inciso XVII do Artigo 6º entra em choque com o inciso da estabilidade no emprego, aprovado semana passada, que protege o trabalhador contra a demissão imotivada. O deputado Bernardo Cabral disse que a contradição deverá ser resolvida pelo plenário da Constituinte. "Faltou articulação dos líderes. Eu sozinho não posso fazer nada. Enquanto eu fico sozinho aqui, defendendo o direito dos empresários, estão aí, defendendo os trabalhadores, o Lula, o Jair Meneguelli, o Genoíno, etc.. Você vê algum outro empresário aqui?", queixava-se o senador Albano Franco ao deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), que votou contra a emenda.

Os textos aprovados na sessão de ontem:

Ficaram com a seguinte redação os incisos referentes a horas extras, licença-gestante

te e aviso prévio, aprovados ontem:

"Art. 7º - São direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros, que visem à melhoria de sua condição social: (...) XIV - serviço extraordinário com remuneração em dobro; XV (inalterado) - gozo de férias anuais, na forma da lei, com remuneração integral; XVI - licença remunerada à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, pelo prazo de pelo menos 120 dias; XVII - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 30 dias, e direito a indenização, nos termos da lei".

Foi mantida a redação dos incisos XVIII a XXIII:

"XVIII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança; XIX - adicional de remuneração para as atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei; XX - aposentadoria; XXI - assistência gratuita aos seus filhos e dependentes em creches e escolas de zero a seis anos de idade completos; XXII - reconhecimento das convenções coletivas de trabalho; XXIII - participação nas vantagens advindas da modernização tecnológicas e da automação". (JB - 14/10/87)

PELEGO CRITICA ESTABILIDADE

O presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Antônio Magri, considerou "uma loucura" a proposta de estabilidade no emprego aos 90 dias, que a Comissão de Sistematização da Constituinte deverá votar hoje. Previu que se a estabilidade for aprovada, os empresários deixarão de investir e não haverá mais oferta de empregos a partir do ano que vem. "Se é para matar os empresários, é melhor pegar a metralhadora e fazer o serviço", comentou. Convidado para falar na reunião-almoço da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), Magri disse a uma platéia de 100 empresários que o

futuro do sindicalismo no Brasil "é o diálogo", considerando que a greve é um recurso extremo, depois de esgotada todas as negociações. (JB - 7/10/87)

TRABALHADOR RURAL PASSARÁ A TER MESMOS DIREITOS DO URBANO

Por 92 votos contra o do deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE), a Comissão de Sistematização estendeu ontem aos trabalhadores rurais os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos. Em tese, com a promulgação da nova Constituição, os bóias-frias deixarão de existir, já que está praticamente assegurada a estabilidade empregatícia.

"É um ganho importante para os trabalhadores do campo", disse o professor de Direito Constitucional, José Afonso da Silva, que assessora a liderança do PMDB no Congresso constituinte. Embora esteja implícito que os direitos são os mesmos para "os trabalhadores", Afonso da Silva afirmou que a decisão de explicitá-los, legitima a conquista. O deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) disse que a emenda proposta pelo deputado Paulo Palm (PT-RS) tem como principal mérito igualar os avanços dos trabalhadores. Apesar de ter conquistado muitos benefícios no Estatuto do Trabalhador Rural, a norma constitucional amplia os ganhos. "É uma grande conquista", declarou Plínio de Arruda Sampaio. Com a aprovação da estabilidade no emprego, pela primeira vez na história do Brasil os trabalhadores rurais terão esse direito. Além de ganhos do ponto de vista do contrato de trabalho, como a possibilidade de seguro-desemprego (caso seja mantida a proposta de Cabral), o trabalhador rural terá avanços na parte previdenciária e acidentária. O serviço de Previdência Social do trabalhador urbano será estendido ao rural, substituindo o Funrural. Segundo Arruda Sampaio, não será pos-

sível a existência de dois tipos diferentes de assistência social com a aceitação desse novo preceito constitucional. (F - 8/10/87)

CNBB PEDE ELEIÇÕES GERAIS APÓS NOVA CONSTITUIÇÃO

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) quer eleições em todos os níveis, logo após a promulgação da nova Constituição. Esse é um dos seis pontos para o "pacto político" que a CNBB relaciona na nota "Golpe contra a democracia", divulgada ontem, onde a entidade ataca o "comportamento desesperado" do governo. O Executivo, segundo o boletim CNBB, encontra-se "deslocado das instituições e dos partidos" e "isola-se num programa próprio de mera sustentação de grupos que disputam entre si o poder e o afastamento dos objetivos da transição num golpe contra a democracia". A CNBB mostra-se preocupada também com a Constituição. "Demonstração de desrespeito à Constituição é a permanente ameaça que o Executivo lança contra a soberania do processo constitucional, difundindo que se aprovado o regime parlamentar irá arguir no Supremo Tribunal os limites do processo constituinte para deliberar sobre a questão". E espera que não se distancie o "premo da vontade popular expressa na emenda constitucional de convocação da Constituição". "No jogo forte que hoje se trava, envolvendo os governos estaduais, o governo federal e o parlamento", afirma o boletim, "a única saída que se firma como mais próxima à retomada do processo de transição, rompido bem antes da desagregação atual da Aliança Democrática, é a formação de um novo pacto político". A base desse novo "pacto" seria: as eleições após a promulgação da Constituição; a real possibilidade de participação direta da população nas decisões constituintes; a supressão do regime de exceção mantido pela Lei de Segurança Nacional

uma nova política econômica, voltada para o fortalecimento do mercado interno e na organização de nova política agrícola; re forma agrária; e, por fim, a garantia de referendo popular para as questões mais controvertidas da Constituinte. (FSP - 12/10/87)

Trabalhadores Urbanos

LÍDER SINDICAL DENUNCIA ESTATAIS

As empresas estatais do setor siderúrgico começaram a demitir funcionários e ameaçam reduzir a jornada de trabalho - com redução de salários - denunciou Arnaldo Gonçalves, dirigente sindical de Santos. Em documento da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria) entregue ao ministro da Fazenda, líderes sindicais denunciam a forma "ineficaz como geralmente são administradas as empresas, privilegiando o fator político em detrimento do técnico". Para o secretário da Sest, Júlio Colombi, que participou do encontro com o ministro Bresser Pereira, o decreto do presidente Sarney tem o objetivo de cortar em 7% as despesas operacionais das empresas estatais até o final do ano, mas, em nenhum momento, "fez da demissão uma estratégia". Colombi acha possível resolver o problema sem demissões, especialmente através da redução das horas extras e da não-reposição das vagas. No documento, assinado pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, José Calixto Ramos, os trabalhadores nas empresas siderúrgicas criticam as medidas de contenção adotadas pelo governo, sem consulta à classe trabalhadora, que, segundo o memorial, não tem acesso à elaboração dos planos de produção, de investimentos, de contratação de obras ou equipamentos, mas "exerce uma influência marcante no ritmo e na qualidade da produção". (JB - 14/10/87)

TRABALHADORES DE CERVEJARIAS CONTINUAM GREVE POR SALÁRIO

Em assembléia realizada ontem, às 17h, os trabalhadores da Companhia Antartica Paulista decidiram entrar em estado de greve por reajuste salarial de 107%, escala móvel de salários e semana de 40 horas. Os funcionários das filiais da Cervejaria Brahma na capital e em Agudos continuam com suas atividades paralisadas. Também está sem operar a companhia Skol em Guarulhos. Na assembléia da Antartica, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Cervejas e Bebidas do Estado de São Paulo propôs que a paralisação não tivesse início hoje, como era esperado. "Queremos pegar os patrões de surpresa", explicou Natalício Euclides Fonseca, vice-presidente do sindicato. O gerente-geral da Brahma em São Paulo, Adhemar Silvestre, confirmou que a paralisação continua total na filial da capital paulista. Disse, porém, que em Agudos cerca de 25% dos 1,2 mil trabalhadores já voltaram ao trabalho. O diretor da Associação de Distribuidores de Cerveja e Chope, Litório Graziano, estima que não faltará cerveja até sexta-feira próxima. Afirma, porém, que o abastecimento de chope já está prejudicado. O Tribunal Regional do Trabalho deverá julgar o dissídio coletivo da categoria ainda esta semana. (FSP - 14/10/87)

MONARK

Os quatro mil trabalhadores da Monark iniciaram ontem uma greve reivindicando 10% de aumento real em seus salários. Segundo explicou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luís Antônio de Medeiros, trata-se de um movimento espontâneo que atingiu a totalidade dos empregados na empresa. (FSP - 14/10/87)

METALÚRGICOS E GRUPO 14: IMPASSE

Durante cinco horas, os representantes do Grupo 14 reuniram-se ontem com as direto-

rias dos sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, mas não chegaram a tocar nas principais reivindicações econômicas dos trabalhadores para firmar um novo acordo coletivo: 74% de aumento e 15% de produtividade, e redução da jornada de trabalho de 44 para quarenta horas semanais. O Congresso constituinte, invocado pelos empresários como um entrave à definição de algumas novas regras - por exemplo, reformulação dos critérios para pagamento de aviso prévio e férias proporcionais no ato da demissão -, impediu que as negociações avançassem. "Está sendo criado um clima de impasse. Nós não podemos ficar atrelados às definições constitucionais como querem os representantes do Grupo 14", protestou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luis Antonio de Medeiros. (FSP - 14/10/87)

PREVIDENCIÁRIOS SUSPENDEM GREVE

Previdenciários de treze Estados, do Distrito Federal e duas capitais (Belo Horizonte e São Paulo) já haviam informado ao Comando de Greve em Brasília, até as 18h30 de ontem, que voltam ao trabalho a partir de hoje e ficam em estado de greve até o próximo dia 27, conforme recomendação das lideranças do movimento. Caso o governo não cumpra o acordo fechado ontem, os previdenciários, que paralisaram suas atividades durante 21 dias, retomam o movimento. O acordo acertado com a Previdência e as lideranças partidárias prevê a reversão das punições ocorridas durante a greve, a concessão da primeira parcela do empréstimo no valor de um salário e ainda a votação do Plano de Carreira em regime de urgência. (FSP - 7/10/87)

SALÁRIOS CAEM 48,2% EM 17 MESES, SEGUNDO DIEESE

O trabalhador brasileiro sofreu, no período de março de 86 a agosto de 1987, uma perda de 48,2% no salário médio real. Estima-se que pelo menos 21,8 bilhões de dólares foram transferidos da renda do fator trabalho para a renda do fator capital, como resultado imediato da adoção de uma política de redução de salários, nos últimos 19 meses. O poder de compra do atual piso nacional de salários corresponde a apenas 32% do seu valor real de 1940. Esta avaliação foi feita pelo Dieese, em documento intitulado "As regras do jogo na transição", no qual o instituto faz a análise crítica da política salarial dos dois anos e meio do governo do presidente Sarney. Nesse documento, o Dieese prevê uma taxa de crescimento acumulada para o triênio de 1985/1987, mas ressalva que os salários recebidos pelos trabalhadores equivalem aos do ano de 1983, período em que o país fez um acordo com o Fundo Monetário Internacional. O Dieese adverte, também, que a se manter uma gestão econômica que penalize a classe trabalhadora, o impacto na distribuição de renda implicará em concentração, ainda maior, do fator capital. Segundo o Dieese, o resultado da política econômica do período de transição na área de geração de emprego é insatisfatório: no triênio 85/87, o país corre o risco de gerar apenas 1,9 milhão de postos de trabalho, ou seja, 40% da quantidade de empregos necessários aos 4,8 milhões de trabalhadores que bateram às portas do mercado de trabalho nos últimos três anos. O Dieese observa que no campo das relações do trabalho percebe-se uma imensa dificuldade do movimento sindical "pôr em prática o tão alardeado princípio da livre negociação entre os trabalhadores e patrões". Lembra, ainda que, antes do Plano Cruzado, os trabalhadores que ganham até

três salários mínimos tinham garantido o recebimento, na sua respectiva data-base, de apenas 60% da taxa de inflação oficial acumulada entre o período das data-bases. "Hoje, com o Plano Cruzado 3, os trabalhadores não têm mais nada garantido, em termos econômicos, com exceção do recebimento mensal da Unidade de Referência de Preços, a título de antecipação", diz o documento. (JB - 10/10/87)

Trabalhadores Rurais

REFORMA AGRÁRIA TEM VERBAS REDUZIDAS EM 67% PARA 88

A reforma agrária, considerada como programa prioritário do governo, teve seu orçamento para o próximo ano reduzido em 67%. A proposta orçamentária feita pelo Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad), com base em custos de abril passado, previa para 1988 um total de Cz\$ 45,8 bilhões, para o assentamento de duzentas mil famílias de agricultores. A meta de assentamento foi mantida. Entretanto, o projeto de lei orçamentária, remetido ao Congresso Nacional em agosto último, destina ao ministério Cz\$ 30,7 bilhões. Para atender apenas às ações de reforma agrária, o Mirad havia solicitado, na proposta original, Cz\$ 37,8 bilhões. Segundo o orçamento previsto para 1988, o Mirad terá apenas Cz\$ 19,8 bilhões, o que significa uma diminuição de 52% nos recursos para o cumprimento de sua atividade. O presidente José Sarney, há exatamente dois anos (20 de outubro de 1985) aprovou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), através do decreto nº 91.766. Ele determinava que os ministérios envolvidos deveriam definir em seus orçamentos os recursos necessários às ações complementares exigidas pela reforma agrária. Ainda no ano passado, o presidente da República instalou a Comissão

Interministerial de Desenvolvimento Rural (CIDR), composta pelos quatorze ministérios envolvidos com a reforma agrária. A CIDR deveria consolidar todos os orçamentos, prevendo as despesas com as ações complementares ao programa. Entretanto, com exceção dos ministérios dos Transportes e da Agricultura, nenhum outro destinou recursos, em seus orçamentos do próximo ano, ao programa de reforma agrária, como determinava o decreto do presidente José Sarney. Até agora, o governo desapropriou 2,1 milhões de hectares, que representam uma capacidade de assentamento para 59.186 famílias. Isto significa que dois anos após a aprovação do PNRA foram cumpridos apenas 2,2% da meta de desapropriação e provavelmente beneficiadas 13,1% das famílias previstas para o mesmo período. (FSP - 10/10/87)

SOCIÓLOGO CONTESTA ANÁLISE DO BNDES SOBRE REFORMA AGRÁRIA

"Se a reforma agrária concentra a renda, como concluiu levantamento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), então o latifúndio, que é a concentração de terras, democratiza a renda." O comentário foi formulado em tom de blague por um dos coordenadores da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, o sociólogo Herbert de Souza, a propósito de pesquisa do BNDES publicada na edição do JB de domingo, dia 4. A publicação dos resultados do levantamento do BNDES - que ainda não chegou ao fim, como admitiu seu responsável, o economista Márcio Henrique de Castro - deixou revoltadas as 10 entidades que participam da campanha pela reforma agrária, que se reuniram para debater a questão. Passamos por um momento muito delicado - disse o sociólogo Herbert de Souza - correndo o risco de ter, na nova Constituição, uma reforma agrária que fique aquém até mesmo do Estatuto da

Terra, da época do general Castelo Branco, e das legislações posteriores, como a da época do general Costa e Silva, que da va prazo de 48 horas para posse da terra. Como um levantamento feito em um período superado, antes das mobilizações populares, pode chegar à conclusão de que a reforma agrária é prejudicial ao homem do campo? É uma conclusão absurda, até porque nunca existiu reforma agrária no país. Um dos vícios da pesquisa, segundo o coordenador da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, é o fato de que o BNDES trabalhou com a idéia de que os assentamentos teriam de ser auto-suficientes. "Não existe agricultura auto-suficiente em sistema capitalista, e em países como o Japão e os Estados Unidos ela é subsidiada, como teria que ser a nossa." Outra crítica feita por Herbert de Souza é que o BNDES afirma que a renda dos parcelheiros do Incra foi baixa, sem referir-se ao que ganhavam antes do assentamento. "A partir de um estudo de 26 casos em um universo de renda baixa não se pode concluir que a reforma agrária concentra renda. Além do mais, o próprio estudo do BNDES diz que dos casos examinados, só 30% receberam crédito do governo. Para ele, a partir das informações relacionadas em seu levantamento, o BNDES apresenta argumentos contra a reforma agrária sem, no entanto, ter demonstrado a existência desta reforma e sem ter qualificado o significado dos assentamentos feitos durante o governo do general João Figueiredo. "O que há", comentou ele, "é uma articulação de dados truncados do ponto de vista científico e do político". Outro ponto de levantamento do BNDES contestado pelos coordenadores da Campanha pela Reforma Agrária é a afirmação do Banco de que "caipira não conhece agricultura", o que significa, segundo eles, que apenas a agricultura altamente tecnificada pode dar certo. Isto é falso - argumenta Herbert de Souza - porque, no Brasil, os pequenos produtores usam menos insumos, produzem

70% dos alimentos consumidos, empregam mais gente e recebem do governo menos créditos. As propriedades com mais de 100 hectares gastam mais agrotóxicos e fertilizantes, empregam menor número de pessoas comparativamente e destinam a maior parte de sua produção ao mercado externo. Estas constatações, segundo ele, não significam que a Campanha Nacional pela Reforma Agrária defenda a agricultura primitiva, sem tecnologia. "Nós achamos apenas", diz ele, "que o pequeno produtor brasileiro tem revelado uma capacidade de sobrevivência que desafia toda política praticada até agora pelo governo". (JB - 11/10/87)

PADRE ACUSA A UDR DE TRAMAR A MORTE DE 65 PESSOAS NO PARÁ

Sessenta e cinco pessoas da região sul do Pará - agentes de pastoral, líderes sindicais, trabalhadores rurais e advogados ligados a eles - estão ameaçados de morte pela UDR (União Democrática Ruralista). A denúncia é do padre Ricardo Rezende Figueira, de Conceição do Araguaia, que encabeça a lista e recentemente escapou da morte devido a um desentendimento entre os pistoleiros contratados para eliminá-lo. Conceição do Araguaia vive hoje um clima parecido com o que antecedeu o assassinato do padre Josimo Moraes Tavares, no ano passado. A Rádio Regional do Araguaia, do vereador Soly Valeati, ligado à UDR, começou a desenvolver, nos últimos dias, uma campanha de difamação e ameaças a um grupo de seis pessoas, afirmando que precisamos ser eliminados. Se um dos ameaçados vier a ser assassinado, a responsabilidade será da UDR e do estado brasileiro, que tem a obrigação de resguardar nossas vidas - diz o padre. Coordenador da regional Araguaia-Tocantins da Comissão Pastoral da Terra, o padre Ricardo Rezende disse que, entre janeiro a setembro deste ano, foram assassinados em sua diocese, por questões de terra, 18 trabalha-

dores rurais; 115 foram espancados, 80 famílias despejadas e queimadas ou destruídas 40 casas. De 1980 até hoje, verificaram-se na região 135 mortes não esclarecidas de trabalhadores rurais. Apoiado por diversas entidades, entre as quais a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o padre Ricardo Rezende está percorrendo o país (já esteve em Brasília, São Paulo e Porto Alegre) para denunciar o que classifica de "violência didática". A violência praticada na área é seletiva e tem por objetivos desestruturar os trabalhadores organizados e fazê-los abandonar a região através do terror. Mulheres são penduradas pelos cabelos, estupradas; pais de família são assassinados e enterrados como indigentes, sem que a família veja o cadáver; uma criança de quatro anos morreu de tétano porque os pais foram impedidos por pistoleiros de levá-la ao médico; outros são torturados, sendo, por exemplo, obrigados a comer a fruta do urucum, com espinho e tudo - conta o padre Rezende. Todos estes casos são provados pelo padre Ricardo Rezende, que está carregando em suas viagens uma pasta com muitas fotos e detalhes dos assassinatos e torturas, muitas confirmadas por laudos médicos. As autoridades receberam o relatório e nada fizeram até hoje. (JB - 11/10/87)

Índios

OPERAÇÃO MILITAR RETIRA GARIMPEIROS

Dois helicópteros modelos Puma e Esquilo, da Força Aérea Brasileira, foram deslocados ontem, às 7h45, de Manaus para a região dos índios Yanomami, em Roraima, para fornecer apoio logístico aos 90 homens do 6º Batalhão de Fronteira do Exército, sediado em Boa Vista e que serão transpor-

tados para a área Yanomami em um avião Búfalo da FAB. Todos vão participar da segunda e última etapa de retirada de cerca de 600 garimpeiros do território indígena. A operação militar, em sua primeira etapa, teve início logo após o conflito entre índios e garimpeiros da região, no último dia 15, quando morreram quatro índios e dois garimpeiros. Da região do Mucajaí, onde ocorreu a chacina, já foram retirados os 69 garimpeiros. Segundo o presidente da Funai, Romero Jucá Filho, a ação desencadeada ontem visa a evacuar "todos os brancos" que ainda permanecem na área Yanomami, com exceção dos funcionários da Funai e das forças de segurança, ou seja, a Polícia Federal, Polícia Militar e Civil de Roraima. Jucá explicou que a medida tem por objetivo atender à legislação vigente que proíbe a garimpage em áreas indígenas. Os militares, de acordo com o presidente da Funai, esperam concluir a operação até o próximo domingo, numa ação desenvolvida em toda a extensão da área Yanomami. O início da evacuação acontecerá a partir da nascente do rio Catrimani, expandindo-se para os garimpeiros do rio Novo, Apiaú e da Grota da Cabeça. A missão dos militares será de localizar e retirar todos os garimpeiros e demais brancos que se encontrarem na área sem autorização da Funai, segundo afirmou Romero Jucá Filho. Todas as pessoas encontradas serão entregues à Polícia Federal. O número estimado de garimpeiros a serem evacuados chega a mais de 600 e os índios Yanomami continuam ameaçando atacá-los. O presidente da Funai acredita que com o apoio do Exército e da Aeronáutica, além das forças de segurança da região, será possível "devolver a tranquilidade aos índios e evitar a depredação de seu meio ambiente". (CORREIO BRAZILIENSE - 25/9/87)

ÍNDIOS DE IRAÍ VÃO A BRASÍLIA REIVINDICAR CRIAÇÃO DE RESERVA

Lideranças indígenas do Toldo do Iraí - uma área de 300 hectares pertencente àquele município - deverão viajar a Brasília a fim de pressionar para que o Presidente da República assinasse o decreto de criação da reserva indígena. Esta reserva já existe de fato, há muito tempo, e sua oficialização depende apenas da liberação pelo Governo Federal. O processo, segundo a Funai, havia sido liberado pelo Ministério da Reforma Agrária durante a gestão de Marcos Freire. A área do toldo, que vai abrigar perto de 150 índios, está entregue hoje a 40 famílias que ocupam a terra em regime de comodato, contratado com a Prefeitura de Iraí. A viagem das lideranças a Brasília já deveria ter acontecido, mas em função de movimento dos Xavantes, a Superintendência aconselhou os índios a esperarem. Agora começou a mobilização e em breve a área será liberada". Mas se por um lado a Funai está otimista, por outro a Prefeitura de Iraí, detentora da área, sequer cogita a idéia de entregá-la para os indígenas. Segundo o secretário da administração, Adelino Miron, o Toldo do Iraí com suas matas virgens serve de proteção para as águas minerais e não sairá da mão da prefeitura. Quanto aos índios ele garante que são transitórios e se acantonam próximos a Iraí somente para fazer pontos de venda para seus artesanatos. Argumenta ainda que os índios não têm consciência de ecologia. "Se a área for entregue a eles, certamente vai começar o desmatamento, pois os índios não têm noção das coisas, acabarão vendendo madeira e dizimando os cipós. Não podemos permitir que o meio ambiente seja alterado". Miron garante ainda que as 40 famílias que vivem no Toldo em regime de comodato estão aglutinadas às margens de um riacho numa pequena clareira e não causam prejuízos ao meio ambiente. (ZERO HORA - 28/9/87)

Igrejas

COMISSÃO REJEITA ACUSAÇÕES CONTRA CIMI

O senador Ronan Tito (PMDB-MG), relator da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito (CMPI) destinada a apurar as denúncias do jornal "O Estado de S. Paulo" contra o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), divulgou ontem relatório em que afirma que "os documentos apresentados como básicos e fundamentais são apócrifos, ou de autoria não confirmada por perícia de iniciativa do próprio jornal". Ronan Tito sugere a abertura de inquérito policial para apurar "fortes indícios" de "falsidade ideológica". Os documentos comprovariam as acusações do jornal contra o Cimi, que estaria envolvido em uma conspiração internacional para restringir a soberania nacional em áreas indígenas situadas na região amazônica. O relatório diz ainda que o jornal foi "ludibriado em sua boa-fé". Acrescenta que "O Estado de S. Paulo" divulgou "material de interesse jornalístico, mas de origem duvidosa e, certamente, elaborado com intuítos escusos e práticas fraudulentas". Procurado ontem à tarde, pelo telefone, o diretor-responsável de "O Estado de S. Paulo", Julio de Mesquita Neto, não atendeu a reportagem. Sua secretária informou que ele "não tem nada a dizer", pois a posição do jornal seria divulgada na edição de hoje do jornal. (FSP - 8/10/87)

FONTE DO JORNAL QUER QUE CONTEÚDO SEJA INVESTIGADO

O presidente da Fundação Biblioteca do Desenvolvimento Econômico do Brasil, Mauro Rodrigues Nogueira, afirmou que forneceu os sessenta documentos ao jornal "O Estado de S. Paulo", dando origem às denúncias publicadas. Ele declarou que a

CMPI não deveria estar preocupada em provar a autenticidade dos documentos utilizados pelo jornal. Segundo Mauro Nogueira, o mais importante seria investigar o conteúdo dos documentos. Ele afirmou que, "se comprovado o conteúdo, os documentos estariam assinados automaticamente". Nogueira acrescentou que remeteu os documentos ao jornal "O Estado de S. Paulo" por estar convicto de que "a pátria está acima de tudo. Sou um patriota e não nacionalista. Nacionalista é um obtuso". O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Márcio Thomaz Bastos, também advogado do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), afirmou ontem das entidades internacionais, citadas no rodapé, como integrantes negarem conhecer ou pertencer ao Conselho Mundial de Igrejas Cristãs. Thomaz Bastos afirmou que o

que "há indícios sérios de crime de falsidade" nos documentos apresentados pelo jornal "O Estado de S. Paulo" à Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que apura a denúncia da existência de uma conspiração internacional para restringir a soberania nacional em terras indígenas. Thomaz Bastos disse que o Cimi mandou periciar os documentos e, somente após o resultado, fará uma avaliação para definir qual a postura a assumir diante da questão. Segundo ele, o documento que aparentava ter maior consistência - "Diretrizes nº 4 - Brasil ano zero", - ficou "desprovido de força" diante das declarações senador Ronan Tito, relator da Comissão, "fez uma síntese perfeita da questão, principalmente em relação aos documentos que são imprestáveis". (FSP - 8/10/87)

NOTA DE ESCLARECIMENTO AO POVO

Nós, Bispos Diocesanos da Região Araguaia-Tocantins, denunciamos mais uma vez publicamente a grave situação de violência perpetuada contra os trabalhadores rurais e seus aliados.

Situação de Violência

Somente no ano de 1987, de 1º de janeiro a 8 de setembro, na Diocese de Conceição do Araguaia/PA, foram mortos 18 trabalhadores rurais, por questões possessórias e trabalhistas, 115 espancados, 80 famílias despejadas e 32 casas queimadas ou destruídas. Em várias ocasiões, nos últimos anos, foram entregues às autoridades, listas de trabalhadores mortos nesta região e até hoje os responsáveis por estes crimes continuam impunes. A omissão e a conivência do poder público com o latifúndio propiciam um clima de impunidade tal, que favorecem aumento da violência. Enquanto não se detêm pistoleiros e seus mandantes, 112 posseiros foram presos este ano.

1 - BELA VISTA

Destacamos o conflito da área Bela Vista, Conceição do Araguaia, como um exemplo que bem ilustra essa realidade, onde vivem e trabalham, há 8 anos, aproximadamente 400 famílias de trabalhadores. O proprietário, Jurandir Gonçalves Siqueira, desde o final de abril de 1987, implanta o terror entre os camponeses.

Houve a morte de um pistoleiro que dizia ter sido contratado para matar 8 lavradores. Após esta morte, a PM e o gerente da fazenda, sob as ordens do próprio Jurandir, praticam muitas arbitrariedades e chegaram a torturar 12 lavradores. Entre os 12, encontra-se Antonio José Sabino e Oity Farias Leite, que permaneceram presos injustamente por 42 dias. Ambos estiveram internados 5 dias no Hospital do Estado, em Conceição do Araguaia, por causa dos atos de crueldade. Posteriormente constatou-se, através de laudos médicos, que Antonio José Sabino tinha uma vértebra fraturada, sendo necessário manter-se engessado por 20 dias. Queimaram 19 casas, roubaram objetos de valor, além de proibirem o trânsito no rio Araguaia, daquela região.

A violação do direito constitucional de ir e vir provocou a morte por tétano, no dia 9 de maio de 1987, de Maria Goretti de Sousa, de 4 anos, por falta de assistência médica. O fazendeiro e 9 soldados estiveram na casa do posseiro João Moreira de Sousa, casado, 12 filhos. Fizeram muitas pressões e ameaças aos familiares presentes. Em virtude desse ato, Mary Rosa Mendes, sua nora, grávida de 6 meses, sofreu aborto. Foi transportada numa rede através da Fazenda São Luiz, porque o trânsito no caminho mais curto estava fechado pela polícia, o que ocasionou o aumento de perigo de vida. João Moreira de Sousa, que vinha sendo ameaçado por Jurandir, saiu da área e foi alcançado no município de Arapoema, Goiás e no dia 13 de agosto de 1987, assassinado barbaramente a pauladas. O posseiro Raimundo do Nascimento Moreira, 37 anos, casado, teve a mesma desventura dois dias depois. Seus familiares, com a participação de dezenas de lavradores, só conseguiram enterrar o corpo 8 dias depois, porque os pistoleiros mantinham emboscadas prontas a matar quem se aproximasse.

Por volta do dia 9 de setembro de 1987, o fazendeiro abandonou a área, e segundo informações, teria vendido as poucas cabeças de gado, o que ele dizia serem suas e colocou fogo na roça dos lavradores, causando graves prejuízos. O fogo se alastrou incontavelmente, atingindo pasto dele próprio.

Ameaça de Morte

O latifúndio da eliminação física de pais de família, lideranças sindicalistas, agentes de pastoral, advogados comprometidos com trabalhadores rurais, procura amedrontar, através de constantes ameaças de morte. Nesta região do sul do Pará há pelo menos 65 pessoas que correm risco de vida. Nestes últimos dias, as campanhas de difamação, ameaças, perseguições, vem se intensificando, inclusive através da Rádio Regional do Araguaia, que repetidamente insiste que um grupo de 6 (seis) tem que ser eliminado.

Sandinistas

Foram feitas denúncias levianas a respeito da presença de sandinistas guerrilheiros no sul do Pará.

Acusações destituídas de quaisquer provas ou indícios de veracidade. Tais acusações não ofendem apenas um sacerdote, mas ofende-se desta forma, o povo e o governo da Nicarágua, pois que mantém relações diplomáticas amistosas com o Brasil.

Repúdio

Rejeitamos as calúnias feitas em relação ao Padre Ricardo Rezende Figueira, Sacerdote da Diocese de Conceição do Araguaia e Coordenador do Regional Araguaia-Tocantins da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Há muitos anos o conhecemos e acompanhamos seu trabalho, testemunhando sua atuação evangélica, sempre em comunhão conosco, de acordo com orientações da Igreja a serviço dos oprimidos do campo. Manifestamos nosso total apoio e solidariedade ao Padre Ricardo.

Compromisso e Apelo

Afirmamos que apesar das graves ameaças de morte a alguns de seus agentes de pastoral, a Igreja não abandonará seu compromisso de apoio ao povo camponês, oprimido e massacrado desta região.

Continuamos juntos para que os trabalhadores conquistem, neste país, uma verdadeira reforma agrária, sem a qual não haverá paz no campo. Apelamos às autoridades competentes a tomar providências urgentes para a segurança devida de nossos irmãos ameaçados de morte, evitando mais derramamento de sangue. Para que isso seja possível, é necessário que a justiça torne-se mais ágil e inicie por apurar cada caso de morte violenta na região.

Neste momento, queremos retomar as palavras do Conselho Permanente da CNBB, de 28 de agosto próximo passado: nossa fé opera na caridade comprovada no sofrimento e se alimenta de grande esperança. Temos certeza de que Deus caminha conosco e nos confirma em nossa missão evangelizadora. A força da ressurreição pulsa no meio de nosso povo. Nossa Senhora Aparecida, Mãe e Padroeira do Brasil, especialmente neste Ano Mariano, nos ampare na insistente busca da justiça e fraternidade.

Convidamos todos os católicos a participarem, no Dia Nacional de Oração Pela Paz, 12 de Outubro, festa de Nossa Senhora Aparecida, rezando o terço pela superação da violência em nosso querido Brasil.

Conceição do Araguaia, 18 de setembro de 1987.

- D. Patrício José Hanrahan, C. SS. R. - Bispo de Conceição do Araguaia - PA
- D. Frei Jaime Antonio Schuck, O. F. M. - Bispo de Cristalândia - GO
- D. Jaime Collins, C. SS. R. - Bispo de Miracema - GO
- D. Frei Celso Pereira de Almeida, O. P. - Bispo de Porto Nacional - GO
- D. Pedro Casaldáliga, C. M. F. - Bispo de São Félix do Araguaia - MT

Solicitamos que enviem **urgentemente** telegramas de pressão ao:

MINISTRO DA JUSTIÇA
SR. PAULO BROSSARD
Esplanada dos Ministérios
Bloco T
70064 - Brasília - DF

Presidente ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE
SR. ULYSSES GUIMARÃES
Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes
70160 - Brasília - DF

Sugerimos o texto abaixo para o telegrama:

"Indignado campanha UDR através do Jornal 'O ESTADO DE SAO PAULO' contra Pe. Ricardo, coordenador da CPT Regional Araguaia-Tocantins. Exigimos imediatas providências legais. Responsabilizamos Governo Federal pelo agravamento violência sul do Pará, pelas violências que possam ocorrer contra Pe. Ricardo, lideranças religiosas, sindicais ou trabalhadores rurais da região."

Por último, solicitamos que comuniquem à Comissão Pastoral da Terra-Nacional dos telegramas enviados e outras formas de pressão e solidariedade que forem realizadas.

CPT-NACIONAL
Caixa Postal 749
74001 - Goiânia - GO
